

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

FISCALIZA MAIS 2022

RELATÓRIO FINAL

(Art. 7º da Deliberação nº 2.783, de 2022)

O **Fiscaliza Mais** é uma iniciativa de acompanhamento intensivo das políticas públicas desenvolvidas no Estado. Seu objetivo é obter um quadro mais detalhado da prestação dos serviços oferecidos. Para isso, a cada edição, são escolhidos temas específicos para esse monitoramento, que é realizado no âmbito comissões permanentes da Casa por meio de seus instrumentos ordinários.

Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Tema escolhido: Acompanhamento das políticas para a agricultura familiar

Deputado Heli Grilo

Relator

Belo Horizonte

Ano 2022

Fiscaliza Mais 2022

Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Relatório Final¹

Tema: Acompanhamento das políticas para a agricultura familiar.

Objetivo geral:

Acompanhar as ações de governo relativas às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, inclusive por meio da execução físico-financeira das ações previstas no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – que tenham esse segmento como público-alvo.

Objetivos específicos:

I. Acompanhar a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural nas diversas regiões do Estado, em especial as ações de apoio à realização de compras diretas da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – e o desenvolvimento do Programa Estadual de Cooperativismo da Agricultura Familiar e Agroindústria Familiar de Minas Gerais – Cooperaf;

II. Acompanhar as ações de regularização de estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte e de produção agroartesanal, bem como as dificuldades e os entraves vividos por agricultores familiares nesse processo;

III. Acompanhar a execução do Programa Federal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA – no Estado;

IV. Acompanhar a execução do PAA Familiar (estadual);

V. Acompanhar o cumprimento das metas de regularização fundiária rural.

1 Este relatório e as demais atividades desenvolvidas no âmbito do Fiscaliza Mais estão disponíveis em <https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/fiscalizacao/fiscaliza-mais/>, na seção criada para cada comissão.

I – Contextualização do tema

A agropecuária mineira é vasta e diversificada, resultado dos diferentes solos, relevo, distribuição de chuvas e formações vegetais, bem como da história da ocupação do território do Estado e da formação de sua população.

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, 441.829 estabelecimentos agropecuários seriam classificados como de agricultura familiar – AF – em Minas Gerais, o que representa 72,7% do total no Estado. Essa participação coloca Minas na segunda posição em número de estabelecimentos desse segmento no cenário nacional. No entanto, a área ocupada por essa maioria de agricultores familiares equivale a apenas 26,2% da área total dos estabelecimentos agropecuários de Minas Gerais. Em termos de valor da produção, a agricultura familiar contribui com 25% do valor gerado pela agropecuária no Estado, o que demonstra equivalência de valor da produção por área com a agricultura empresarial.

A importância da agricultura familiar se faz sentir não apenas na produção de alimentos para a mesa da população mineira, mas também nas cadeias produtivas do agronegócio como a do café e a do leite, nas quais Minas se destaca no *ranking* nacional.

Registre-se que entre o Censo Agropecuário de 2006 e o de 2017 foi registrada queda de 8,3 % na proporção de estabelecimentos rurais de agricultores familiares em Minas Gerais e de 8,9 % no Brasil. Tais números se relacionam com aspectos econômicos e normativos – como a busca de renda fora do estabelecimento agropecuário e a alteração de critério de elegibilidade – e também com fenômenos sociais – como a dificuldade na sucessão do comando das atividades rurais em cada estabelecimento agropecuário –, o que demonstra desinteresse ou falta de oportunidade para jovens rurais no campo. Em resumo, a indicação é clara: a agricultura familiar, como maior segmento da agropecuária mineira, exige do Estado e de seus Poderes atenção especial na proposição e na execução de políticas públicas.

Esta comissão, por meio da escolha do “acompanhamento das ações de governo relativas às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar” para esse primeiro ciclo da Fiscaliza Mais, reconhece as necessidades do Estado e contribui para o debate sobre a agropecuária mineira.

II – Síntese dos trabalhos

Após a aprovação do tema e do planejamento de atividades, foi realizada visita técnica à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – com a participação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG –, da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – e do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA –, para apresentação do plano de trabalho da comissão no Fiscaliza Mais, pactuação de prazos e relatórios de acompanhamento orçamentário e encaminhamento de possíveis requerimentos.

Conforme proposto, a atividade proporcionou a aproximação e a identificação de temas e a necessidade de atuação entre as entidades presentes, contribuindo para melhor diálogo entre os poderes e ajustamento de objetivos.

Entre outros assuntos e anúncios, foram discutidos os seguintes temas e ações relacionados às políticas para a agricultura familiar:

- previsão de lançamento do programa Queijo Minas Legal, com meta de inclusão formal de 650 produtores de queijos artesanais por meio de registro sanitário no IMA e apoio na obtenção de financiamento do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG;
- disponibilização de recursos pelo BDMG para o financiamento da regularização sanitária da agroindústria familiar, operacionalizado por meio de cooperativas de crédito e acessível a produtores rurais pessoa física;
- bom desempenho do Executivo em 2022 na execução orçamentária da Seapa e efetivação das emendas populares oriundas da Comissão de Participação Popular a partir do processo de discussão participativa do PPAG realizado em 2021;
- necessidade de ajustes de exigências ambientais que têm dificultado a instalação efetiva de lotes das etapas 2 e 3 do Projeto Jaíba;
- superação de metas de entrega de títulos de propriedades rurais e avanços no processo de operacionalização da política fundiária rural.

Dados da visita e matérias jornalísticas disponíveis em:

[https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/comissoes/internaVisita.html?](https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/comissoes/internaVisita.html?idCom=1075&dia=23&mes=06&ano=2022&hr=10:00&aba=js_tabResultado)

[idCom=1075&dia=23&mes=06&ano=2022&hr=10:00&aba=js_tabResultado](https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/comissoes/internaVisita.html?idCom=1075&dia=23&mes=06&ano=2022&hr=10:00&aba=js_tabResultado)

A despeito das dificuldades circunstanciais para a execução das demais atividades previstas no plano, verificou-se ganho institucional.

III – Análise de dados e informações relativos ao tema

a) Percentual de execução financeira e de metas físicas das ações previstas no PPAG 2020-2023 para o exercício 2022

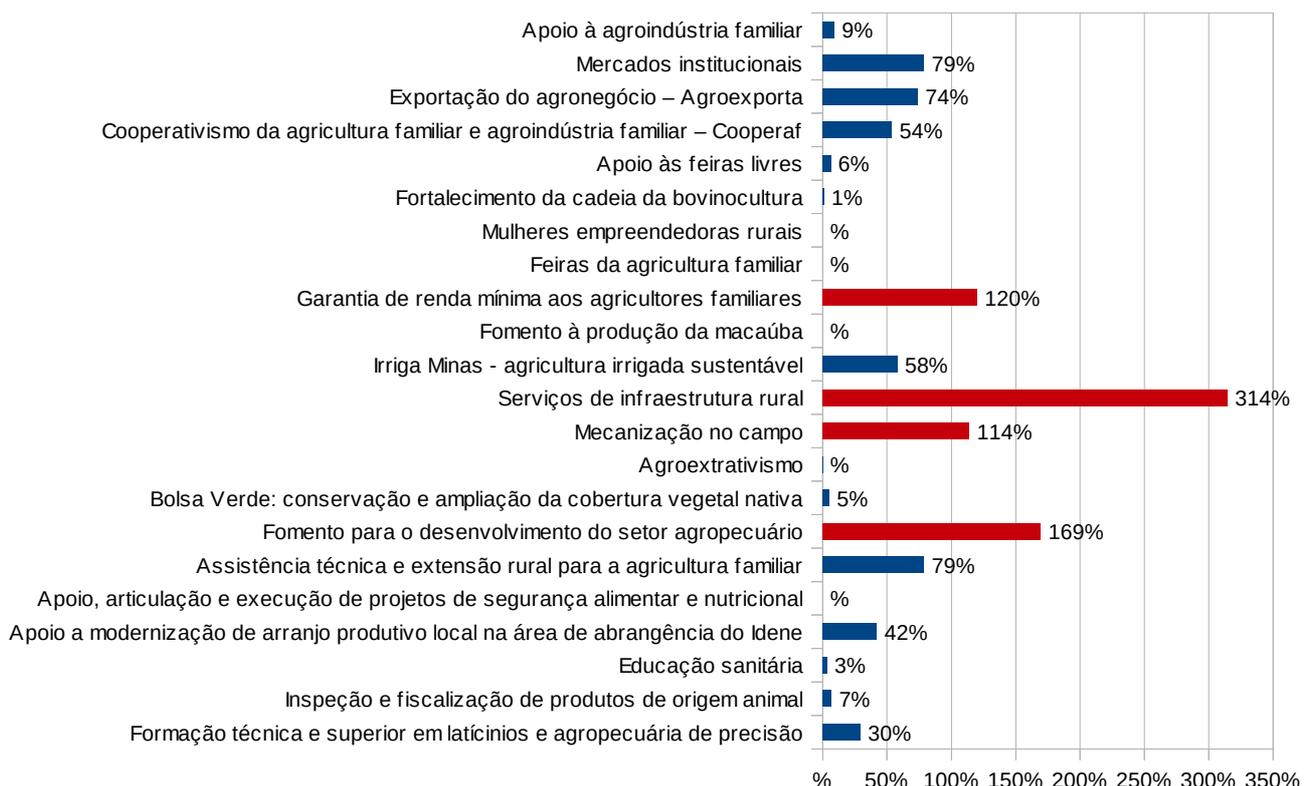
A execução das ações cujo público-alvo contempla os agricultores familiares no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – durante o ano de 2022 foi um dos indicadores selecionados para o acompanhamento das políticas voltadas para a agricultura familiar.

Tal escolha se baseia na importância dessas políticas diante do contingente de agricultores familiares, já descrito neste relatório, sua significação econômica e da segurança alimentar da população do Estado.

Até outubro de 2022, 305,6 milhões dos 467,1 milhões previstos no PPAG para o exercício corrente foram executados e equivalem a 65% do planejado. Apesar do bom índice médio, 11 das 22 ações identificadas apresentam execução abaixo de 10%. O gráfico a seguir traz os percentuais de execução orçamentária de cada ação.

Ações do PPAG com público alvo "Agricultores Familiares"

Execução orçamentária - Financeiro - OUT/2022



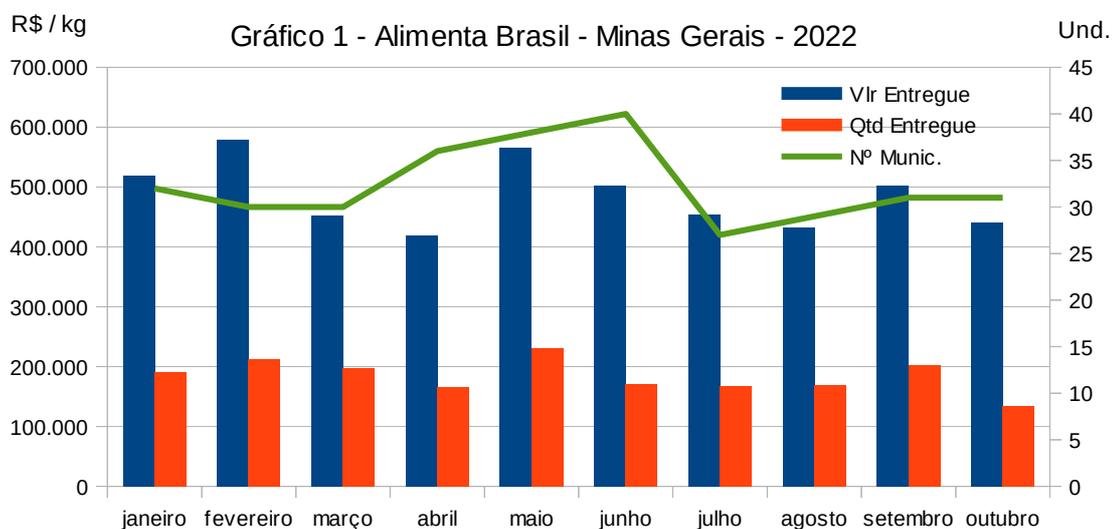
Com a execução acima da média destacam-se quatro ações, a saber:

- Fomento para o desenvolvimento do setor agropecuário, focada em disponibilização de equipamentos e insumos – 169,4%;
- Mecanização no campo, relativa à disponibilização de máquinas/equipamentos agrícolas aos municípios, com o fim de facilitar o acesso dos pequenos e médios produtores rurais à mecanização agrícola – 114,0%;
- Serviços de infraestrutura rural, que têm como objeto serviços de engenharia, logística e infraestrutura nas áreas de saneamento rural, obras hidroagrícolas, readequação de estradas vicinais, entre outros – 314,4%
- Garantia de renda mínima aos agricultores familiares, com o objetivo de distribuir recursos financeiros para famílias com poucas condições de auferir renda e em situação de insegurança alimentar – 120,1%

Vale ressaltar que três ações criadas por emendas – duas de origem popular (Feiras da agricultura familiar e Mulheres empreendedoras rurais) e uma de origem parlamentar – chegam ao mês corrente sem qualquer execução.

b) Entregas do PAA em quantidade mensal e em valor pago por mês em Minas Gerais

O atual programa de aquisição direta de alimentos da agricultura familiar – PAA – no presente mandato do Executivo federal, denominado Alimenta Brasil – PAB –, em paralelo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE –, são os principais esteios do mercado institucional direcionado à agricultura familiar no País. De caráter federativo, o PAB pode ser

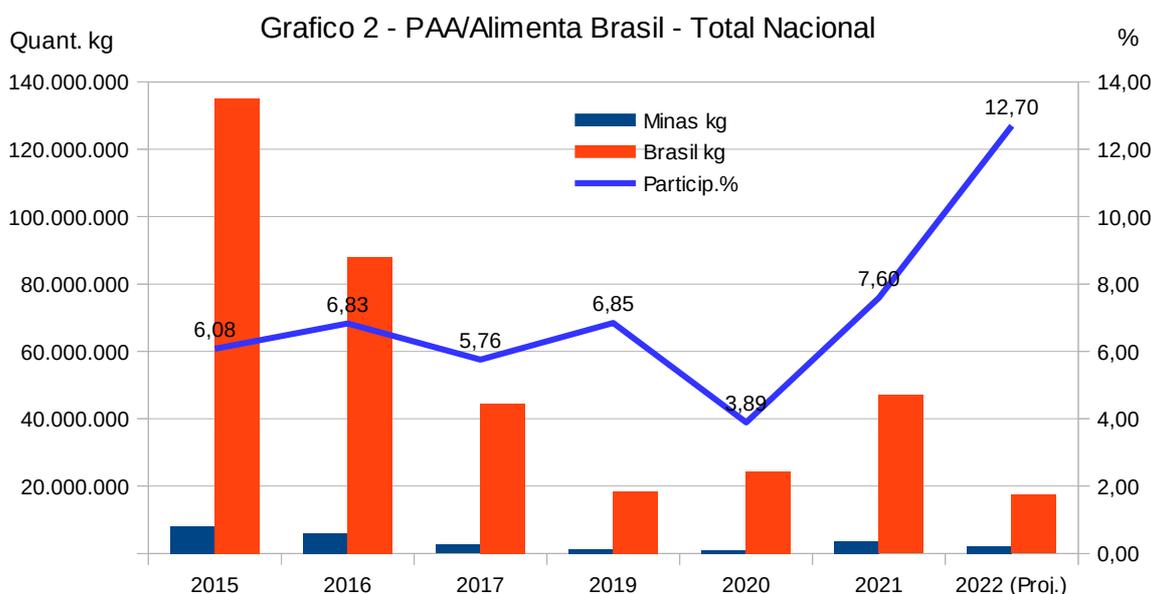


executado diretamente pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab – ou por meio das administrações estaduais ou municipais. Em Minas Gerais, o Executivo tem a prerrogativa de gestor e atua por meio de repasses federais. A principal modalidade no Estado é compra com doação simultânea a entidades filantrópicas, o que se torna importante instrumento de garantia da segurança alimentar e nutricional para vulneráveis atendidos por essas entidades.

Ao longo do ano, até outubro, o PAB operou no Estado com flutuações sazonais, mas com manutenção de variação normal nas quantidades compradas e valores aplicados, como se pode observar no Gráfico 1, acima.

Em termos históricos, considerando que a mudança do nome não implicou alterações significativas no seu modo de operação, pode-se observar, conforme o Gráfico 2, a seguir, variação considerável no patamar de alocação de recursos federais no programa. Nos últimos quatro anos, merece destaque o esforço realizado em 2021, como forma de atendimento emergencial prestado na circunstância da pandemia de Covid 19.

Nesse cenário plurianual, observa-se melhoria de participação de Minas Gerais no volume de compras totais anuais no País, indicando continuidade das operações mesmo diante de eventuais variações negativas de disponibilidade de recursos federais.



IV – Conclusão

Em função de dificuldades de agenda, a comissão deixou de realizar as audiências previstas. Entretanto, a diversidade de temas debatidos durante a visita realizada à Seapa e suas vinculadas, em 23/6/2022, permeou todas temáticas relacionadas nos objetivos.

Pela relevância da agricultura familiar no Estado, o tema deve ser continuamente, ao longo dos próximos anos, indicação possível de permanência para acompanhamento por meio do Fiscaliza Mais.

V – Anexos

Requerimentos	
RQN 11930/2022 https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQC/11930/2022	Ementa: Requerem seja realizada audiência pública para acompanhar e discutir a regularização fundiária rural no Estado, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática "Acompanhamento das políticas para a agricultura familiar" no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho elaborado para esse fim.
RQC 11929/2022 https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQC/11929/2022	Requerem seja realizada audiência pública para debater a execução do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA – (federal) no Estado e a execução do PAA Familiar (estadual), ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática "Acompanhamento das políticas para a agricultura familiar" no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho elaborado para esse fim.
RQC 11928/2022 https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQC/11928/2022	Requerem seja realizada audiência pública para debater as ações de regularização de estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte e de produção agroartesanal, bem como as dificuldades e os entraves vividos por agricultores familiares nesse processo, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática "Acompanhamento das políticas para a agricultura familiar" no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho elaborado para esse fim.
RQC 11927/2022 https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQC/11927/2022	Requerem seja realizada audiência pública para debater a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural nas diversas regiões do Estado e apresentação dos principais projetos regionais em curso, ressaltando-se que essa iniciativa

lei/RQC/11927/2022	integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática "Acompanhamento das políticas para a agricultura familiar" no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho elaborado para esse fim.
RQC 11926/2022 https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQC/11926/2022	Requerem seja realizada visita à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, para apresentação do plano de trabalho da Comissão de Agropecuária e Agroindústria no Fiscaliza Mais e definição de prazos para encaminhamento de relatórios de acompanhamento orçamentário, com a participação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG –, da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – e do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA –, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática "Acompanhamento das políticas para a agricultura familiar" no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho elaborado para esse fim.

Relatórios de visitas técnicas

RQN 11.926/2022 https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQC/11926/2022	<p>Ementa: Requerem seja realizada visita à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, para apresentação do plano de trabalho da Comissão de Agropecuária e Agroindústria no Fiscaliza Mais e definição de prazos para encaminhamento de relatórios de acompanhamento orçamentário, com a participação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG –, da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – e do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA –, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática "Acompanhamento das políticas para a agricultura familiar" no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho elaborado para esse fim.</p> <p>Relatório da visita em anexo.</p>
--	---

Sala das Comissões, de de 2022.

, presidente.

, relator.

GCT/GMA/JCB/RCB/124540

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Finalidade: Apresentar à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – o plano de trabalho da Comissão de Agropecuária e Agroindústria no âmbito do Fiscaliza Mais e definir os prazos para encaminhamento de relatórios de acompanhamento orçamentário, com a participação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG –, da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – e do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA –, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática Acompanhamento das políticas para a agricultura familiar, na edição 2022 do Assembleia Fiscaliza Mais, conforme previsto no plano de trabalho elaborado para esse fim.

Local visitado: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – Rodovia Papa João Paulo II, 4.001, Bairro Serra Verde/Belo Horizonte-MG Edifício Gerais – 10º andar – sala 6.

Apresentação

A Comissão de Agropecuária e Agroindústria, a requerimento dos deputados Delegado Heli Grilo, Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho, Gustavo Santana e Inácio Franco, **realizou, em 23/6/2022**, visita à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – com o objetivo apresentar ao secretário e sua equipe o plano de trabalho do Fiscaliza Mais, iniciativa da Assembleia em que suas comissões acompanham, de forma intensiva, determinados temas de políticas públicas. No caso da Comissão de Agropecuária, o assunto focado são as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Participaram o deputado Heli Grilo; o secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Thales Fernandes; o diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária, Antônio

Carlos de Moraes; o presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, Otávio Maia; o diretor técnico da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, Trazilbo José de Paula Júnior; o subsecretário de Política e Economia Agropecuária, João Ricardo Albanez; o subsecretário de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável, Ricardo Peres Demicheli; o subsecretário de Assuntos Fundiários, José Ricardo Ramos Roseno; o diretor técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, Gelson Soares Lemos; e a diretora técnica do Instituto Mineiro de Agropecuária, Cristiane Almeida Santos.

Relato

Antecedentes

O Fiscaliza Mais é uma estratégia de acompanhamento intensivo das políticas públicas estaduais empreendida pelo Parlamento mineiro que visa obter um quadro mais detalhado da prestação de serviços públicos oferecidos pelo Estado. A cada edição são escolhidos temas específicos de políticas públicas para esse monitoramento, que é feito por meio das comissões permanentes da Casa, com exceção das Comissões de Constituição e Justiça e de Redação. Esse acompanhamento será realizado de forma articulada com as atividades rotineiras das comissões e com o Assembleia Fiscaliza.

Na Comissão de Agropecuária e Agroindústria, o Assembleia Fiscaliza Mais do ano de 2022 tem como objetivo geral acompanhar as ações de governo relativas às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, inclusive por meio da execução físico-financeira das ações previstas no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – que tenham esse segmento como público-alvo. Como objetivos específicos foram eleitos os seguintes pontos:

I. Acompanhar a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural nas diversas regiões do Estado, em especial as ações de apoio à realização de compras diretas da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – e o desenvolvimento do Programa Estadual de Cooperativismo da Agricultura Familiar e da Agroindústria Familiar de Minas Gerais – Cooperaf;

II. Acompanhar as ações de regularização de estabelecimentos agroindustriais de pequeno porte e de produção agroartesanal, bem como as dificuldades e os entraves vividos por agricultores familiares nesse processo;

III. Acompanhar a execução do Programa Federal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA – no Estado;

IV. Acompanhar a execução do PAA Familiar (estadual);

V. Acompanhar o cumprimento das metas de regularização fundiária rural.

Como indicadores das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar foram selecionados os seguintes:

- Percentual de execução físico-financeira das ações previstas no PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, nas quais a Agricultura Familiar seja identificada como público-alvo;
- Entregas do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA – (federal) em quantidade mensal em Minas Gerais;
- Entregas do PAA em valor pago por mês em Minas Gerais.

Relato da visita

Os trabalhos tiveram início às 13 horas com uma breve exposição do deputado Delegado Heli Grilo, presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, sobre a participação do pequeno produtor do Estado na economia e os problemas enfrentados por eles. Ressaltou que Minas Gerais produz cerca de 27% do leite do Brasil e que o pequeno produtor é responsável por 15% desse total. Em suas palavras, “nesse setor, quem mais sofre são os pequenos produtores de leite que precisam esperar para saber quem vai comprar o produto e que preço vai pagar por ele”. Além disso, salientou que o Estado conta com 28 a 30 mil queijarias artesanais que, além de representarem uma tradição, geram emprego e renda.

O parlamentar ressaltou ainda que as questões ambientais não devem atrapalhar o desenvolvimento dessas atividades e que é preciso encontrar um caminho dentro da legalidade para equacionar os problemas no setor. Em sua visão, a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Eпамig – precisa ter mais força e capacidade de contribuir para que a agricultura familiar cresça em Minas Gerais.

O secretário Thales Fernandes apresentou dados de pesquisa da Fundação João Pinheiro segundo os quais, entre 2020 e 2021, o agronegócio em Minas Gerais cresceu 18,5%; e que 30% desse incremento se deve à agricultura familiar. Ele afirmou que as dificuldades dos pequenos produtores de leite estão no radar da pasta e que é fundamental a atenção a essas questões, até pelo risco de a atividade nesse segmento se extinguir diante dos problemas enfrentados e da chegada de novas tecnologias.

O gestor enfatizou algumas iniciativas que estão sendo tomadas para incrementar a agricultura familiar, como, por exemplo, a ação Queijo Minas Legal, parceria da Seapa com o Ministério Público de Defesa do Consumidor para investimento de R\$2,8 milhões na produção de queijo artesanal do Estado e, com isso, apoiar a regularização de 650 produtores, hoje na informalidade. Os recursos servirão para a compra de veículos, assistência técnica e análises microbiológicas dos queijos em 150 municípios mineiros.

Outra ação ressaltada pelo secretário foi uma parceria planejada com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – para oferecer linha de crédito a pequenos produtores de leite e detentores de agroindústria familiar, como queijarias e cachaçarias. De acordo com ele, com “o cartão de produtor rural, o interessado poderá ter acesso a crédito de até R\$250 mil, com juros mais acessíveis”.

Oportunamente, foi discutida a possibilidade de acompanhamento das reuniões com BDMG pela comissão da ALMG.

Sobre o financiamento da política de defesa agropecuária no Estado, o Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – reportou a arrecadação de R\$68 milhões em 2022, mas reforçou a perspectiva de liberação de algo em torno de R\$12 milhões a R\$14 milhões no ano. O órgão destacou que reivindica a liberação de 100% dos recursos diretamente arrecadados para aplicar na defesa agropecuária, conforme determina a Lei das Autarquias.

Foi demandado ao presidente da comissão que atuasse politicamente para a adesão do setor de carnes, principalmente frigoríficos, ao Fundo de Emergência Sanitária, de gestão privada, com recursos derivados de mecanismo de isenção da taxa de expediente do IMA relativa a essa atribuição.

A autarquia informou que será apresentada proposta para adequação da lei de sanidade animal do Estado, de forma a exigir atualização anual de estoque de animais pelos criadores. Acrescentou que a medida visa suprir a dispensa de atualização desse estoque por ocasião da vacinação contra febre

aftosa de ruminantes, que deixará de ser obrigatória em 2023, quando o Estado passar ao *status* de “área livre de febre aftosa sem vacinação”.

O IMA solicitou apoio da comissão perante a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – quanto à demanda de recomposição de seus quadros técnicos por meio de concurso público, sem o qual não será possível ao Estado assumir a inspeção de frigoríficos hoje sob inspeção sanitária federal. Esclareceu que, tendo em vista a atuação do IMA como órgão de saúde pública, a Advocacia-Geral do Estado – AGE – emitiu parecer técnico no qual informa que a autarquia não está submetida às limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal aos demais órgãos, razão pela qual é possível a nomeação de novos fiscais agropecuários.

Por fim, o IMA deu detalhes sobre a publicação do Decreto federal nº 11.099, de 2022, que regulamenta o Selo Arte e cria o Selo Queijo Artesanal. Esclareceu que o regulamento ampliou para além dos estados e do Distrito Federal a competência para a concessão dos dois certificados, que poderão ser entregues também pela União e pelos municípios, desde que seus órgãos ou entidades de agropecuária componham o E-Sisbi.

Por sua vez, o subsecretário João Ricardo Albanez salientou que o Fundo de Desenvolvimento Rural – Funderur –, criado pela Lei nº 11.744, de 1995, passa por reformulação para que os recursos que o compõem possam ser utilizados para transferência de renda para afetados por situações emergenciais, como eventos climáticos (secas e geadas).

Já a Subsecretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável pontuou o bom desempenho do órgão na execução orçamentária em 2022 (média acima de 60%), bem como a efetivação das emendas populares aprovadas pela Comissão de Participação Popular e oriundas do processo de discussão participativa do PPAG. Porém, lembrou que limitações ambientais, em especial as restrições à supressão de espécies protegidas, como o Ipê Amarelo e o Pequi, estão impedindo a instalação efetiva de lotes das etapas 2 e 3 do Projeto Jaíba.

A subsecretaria informou ao presidente da comissão que, em breve, será encaminhado projeto de lei à ALMG para instituir a política de agricultura irrigada sustentável. Pediu, ainda, apoio político para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 3.601/2016, que dispõe sobre as terras devolutas estaduais e que versarão sobre regras para regularização fundiária.

A Subsecretaria de Assuntos Fundiários citou estudo já elaborado sobre o referido Projeto de Lei nº 3.601/2016, mas observou que as sugestões não chegaram a ser enviadas para a ALMG, estando retidas na Secretaria de Estado de Governo – Segov – para avaliação. Mencionou também que

superou as metas de entrega de títulos de propriedades rurais em áreas de terra devoluta arrecadada pelo Estado e avançou no processo de operacionalização da política fundiária rural.

Por seu turno, o presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais enfatizou a parceria firmada com a Secretaria de Estado de Educação – SEE – para fortalecer o Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – por meio da aquisição direta de alimentos da agricultura familiar. Dessa forma, pretende-se que cerca de 15 mil produtores rurais sejam assistidos para que possam fornecer alimentos para a merenda escolar, em consonância com a Lei federal nº 11.947, de 2009. Segundo essa norma, no mínimo 30% do valor repassado a estados e municípios para o Pnae deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

Foi sugerido à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater – que exponha as ações orçamentárias com abertura dos subprojetos de forma a ampliar a transparência da execução do orçamento. Entretanto, a empresa se ressentiu de limitação de recursos humanos e demanda por autorização do governo do Estado para contratação de mão de obra temporária para executar projetos que tenham tempo definido.

A Emater fez, também referência a estudos que avaliam a majoração de 1% pra 4,35% do índice de distribuição da parcela de recursos do ICMS dos municípios no critério Produção de Alimentos, no âmbito da Lei do ICMS Solidário. A proposta se baseia na observação de que os demais estados da União adotam, na média, índice equivalente.

Ao fim da reunião, a Epamig solicitou apoio da comissão à sua demanda para aprovação de novo concurso público para pesquisadores e à tramitação do PL nº 867, de 2019 e da PEC nº 4, de 2019, que interferem na distribuição de recursos constitucionais para desenvolvimento e pesquisa científica no orçamento anual, com o fito de garantir financiamento público às atividades da empresa.

Conclusão

A visita cumpriu seu objetivo e até mesmo surpreendeu a comissão, ao proporcionar interação positiva e produtiva da Comissão de Agropecuária e Agroindústria com praticamente toda estrutura orgânica e de gestão da Seapa. O deputado Heli Grilo teve a oportunidade de expor o plano de trabalho do Assembleia Fiscaliza Mais do ano de 2022, diante do qual obteve do secretário compromisso de total cooperação com as metas sugeridas.

Na oportunidade, os diversos órgãos e entidades vinculadas da Seapa puderam expor suas principais atividades e apresentar demandas relacionadas às políticas públicas em que atuam e que carecem de apoio político no campo da produção legislativa, da ação fiscalizatória ou de representação da ALMG e, em especial, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria.

Sala das Comissões, de de 2022.

, relator.